Introdução

Um dos mais importantes e aceitos legados que a teoria política liberal dos Séculos XVII-XIX deixou para os Estados contemporâneos é a Teoria da Separação de Poderes[1]. As ciências política e social parecem aceitar que o principal enunciador desta teoria foi o Barão de Montesquieu, um nobre francês que viveu no Séc. XVIII e viajou a Europa para estudar os sistemas políticos (Aron, [1967] 2003). Sob o pretexto de descrever a "constituição da Inglaterra" Montesquieu escreveu as célebres frases que passariam a ser identificadas como a formulação original do princípio da Separação de Poderes:

> Há em cada Estado, três espécies de poderes: o poder legislativo, o poder executivo das coisas que dependem do direito das gentes, e o executivo das que dependem do direito civil. Pelo primeiro o príncipe ou magistrado faz leis que por certo tempo ou para sempre e corrige ou ab-roga as que estão feitas. Pelo segundo, faz a paz ou a guerra, envia ou recebe embaixadas, estabelece a segurança, previne as invasões. Pelo terceiro, pune os crimes ou julga as querelas dos indivíduos. Chamaremos este último o poder de julgar e, o outro, simplesmente o poder executivo do Estado.
> [...]
> Tudo estaria perdido se o mesmo homem ou o mesmo corpo dos principais, ou dos nobres ou do povo, exercesse esses três poderes: o de fazer leis, o de executar as resoluções públicas e o de julgar os crimes ou as divergências dos indivíduos. (Montesquieu, [1748] 1973, 156-57)

Desde então, a ideia de separação de poderes, entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, somada à interpretação estadunidense dessa separação como um Sistema de Freios e Contrapesos (*Checks and Balances*) (Kingdon, 1999; Bosso et al., 2000), continuou a ser reproduzida provavelmente na totalidade dos Estados Ocidentais que passaram por Revoluções Liberais, normalmente adotando Constituições escritas. Foi o caso também no Brasil, que, na sua primeira Constituição escrita (do Império, de 1824), já previa os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário[2], fato que continuou na primeira

[1] Para uma revisão da literatura, cf. Pádua, 2012a; Pádua, 2008.

[2] A Constituição de 1824, uma das duas únicas constituições outorgadas da História do Brasil (a outra foi a de 1937), continha, além dos três poderes listados por Montesquieu, também um quarto poder, chamado "Poder Moderador" (arts. 98-101), inspirado pela teoria de Bénjamin Constant, e destinado a dar

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912742/CA

Constituição da República (1891) e nas demais Constituições (1934, 1937, 1946. 1967, 1969 e 1988) (Bonavides e Paes de Andrade, 2006).

Embora na ideia original do Sistema da Separação dos Poderes todos eles tivessem a mesma relevância[3] e servissem para dividir o exercício da Soberania do Estado e para garantir uma mútua fiscalização, o Poder Legislativo e suas atividades receberam bem menos atenção do que os outros poderes, nos estudos políticos e jurídicos (Bauman e Kahana, 2006).

No caso brasileiro, a falta de interesse nos estudos sobre o Poder Legislativo também se refletiria em – e seria reflexo da – fraqueza institucional do Poder Legislativo, historicamente dominado por um Poder Executivo autoritário. No contexto político e institucional pós-Constituição de 1988, o Poder Legislativo ter-se-ia enfraquecido ainda mais, pressionado entre um Executivo que domina a agenda legislativa, principalmente através das medidas provisórias (Werneck Vianna, 2003; Limongi e Figueiredo, 1998) e um Judiciário cada vez mais legitimado e poderoso, chamado a sanar as lacunas de serviços públicos que os outros Poderes não são capazes de solucionar e a controlar a constitucionalidade das leis e normas oriundas do Poder Legislativo (Werneck Vianna, 2003; Pádua, 2008).

Essa lacuna dos estudos sobre o Poder Legislativo se reflete também nos estudos específicos sobre o Direito. Embora a função típica do Poder Legislativo seja criar e editar normas jurídicas de caráter geral e vinculante para todos os cidadãos o Estado, e embora essas normas jurídicas (emanadas do Poder Legislativo) sejam o protótipo de todas as demais normas jurídicas (Ferraz Jr., 1994), o campo do direito não tem se ocupado devidamente do Poder Legislativo. Os poucos estudos que existem são normalmente voltados: (i) para a apresentação do Processo Legislativo, tal como ele é desenhado pelas normas que criam os seus atos, fases, etapas, etc.: ou seja como um processo abstrato e hipotético (Afonso da Silva, [1964] 2006; Ferreira Filho, [1968] 2002); (ii) para a criação de parâmetros (meta)normativos de avaliação abstrata dos Processos Legislativos concretos, a fim de aferi-los em sua legitimidade segundo

ao Imperador uma espécie de sobrepoder, que garantiria a sua preeminência sobre os demais (cf. Bonavides e Paes de Andrade, 2006)

[3] Na verdade, Montesquieu dava menos importância ao Poder Judiciário, mas isso foi modificado com a adoção da Constituição Americana, de 1787, que criou o desenho institucional de Separação de Poderes que se tornou modelo para os demais Estados Ocidentais.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912742/CA

algum(ns) critério externo(s) (Atienza, 1989; Mendes de Paiva, 2009; Waldron, 2006); e (iii) para a interpretação de Processos Legislativos hipotéticos, a fim de avaliar dinâmicas possíveis para o seu funcionamento concreto (Waldron, 2004; Habermas, 2001).

Diante desse quadro, o presente trabalho se propõe a contribuir para as lacunas teóricas e – principalmente – empíricas[4] existentes sobre as atividades que se desenvolvem no contexto do Poder Legislativo – ou, como também é referido, contexto parlamentar. A atividade principal desses contextos é a atividade de formação de normas jurídicas, através da qual textos de normas jurídicas são criados e tornados institucionalmente obrigatórios para todos os cidadãos.

Nessa atividade, a criação e recriação do texto, e os processos e mecanismos pelos quais tal texto é considerado aprovado como expressão da atuação/vontade dos participantes (e, portanto, válido como norma jurídica), representam um importante campo/problema de investigação, no qual se destacam: (i) a complexa estruturação e operacionalização institucional do processo de formação de normas jurídicas e suas várias atividades, com reflexos nas interações entre os participantes e nas estratégias discursivas utilizadas; e (ii) a negociação de intersubjetividade entre os participantes, que parecem se utilizar de diversos mecanismos, protocolos e procedimentos para a propositura, avaliação, alteração e votação dos textos normativos discutidos, em suas diversas versões; (iii) o modo como esse processo e essa negociação de intersubjetividade interagem padronizadamente para o atingimento do resultado do processo, ou seja, um texto normativo, escrito e formulado (isto é: textualizado) de uma maneira específica (e não de outras possíveis).

Diante dessas questões algumas perguntas de pesquisa se colocam:

1. Como os textos normativos que se apresentam como o resultado do processo de formação de normas jurídicas são textualizados da maneira que são e, ao mesmo tempo, se apresentam como resultado desse processo?

[4] As lacunas empíricas, no direito, não são exclusividade dos estudos sobre o Poder Legislativo. Para uma crítica à falta de estudos empíricos no direito, cf. Pádua, 2012b; Veronese, 2011.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912742/CA

2. Como se estrutura institucionalmente o próprio processo de formação de normas jurídicas?
3. Existem textos cuja aprovação é mais difícil do que outros?
4. Como essa dificuldade é sinalizada nas situações concretas de interação, através dos discursos dos seus participantes?
5. Que tipo de trabalhos e estratégias discursivos são mobilizadas pelos participantes do processo de formação de normas jurídicas para superar essas dificuldades, de modo a conseguir atingir um texto final, que seja aceito ou reconhecido por todos como seus responsáveis?
6. Como esse texto final (e suas versões anteriores) indica(m), se aproxima(m), reflete(m) (ou não) esses trabalhos discursivos dos participantes da atividade?

O objetivo geral deste trabalho é, então, o de investigar a negociação de intersubjetividade em relação ao texto que representa o resultado da atividade de produção de normas jurídicas.

Os objetivos específicos da atividade são:

1. Caracterizar o processo de formação de normas jurídicas, em suas laminações e complexidades estruturais e funcionais;
2. Identificar o que contribui para as dificuldades de entendimento e para a disputa de posicionamentos entre os participantes, e como os participantes negociam esses problemas;
3. Examinar os processos, fenômenos e mecanismos discursivos recorrentemente utilizados pelos participantes do processo para negociar sentidos comuns e divergências explícitas de entendimento dos textos discutidos e de posicionamento em relação a eles, em busca da aprovação final de um texto que represente a atuação/vontade (da maioria) dos participantes;
4. Reconstruir o efeito desses processos e mecanismos concretamente para a construção local da intersubjetividade, a fim de explicar como um texto caminha desde a sua primeira até a sua última versão, como efeito e demonstração desses mesmos processos.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912742/CA

A relevância de uma pesquisa com esses objetivos para a linguística aplicada e para a análise do discurso pode se dividir em teórica e aplicada. Do ponto de vista teórico, esta pesquisa problematiza o conceito de intersubjetividade e busca novas formas pelos quais – e um novo contexto institucional no qual – a intersubjetividade entre participantes é negociada, trazida à tona e alcançada (ou não). Do ponto de vista aplicado, esta pesquisa se propõe a descrever um processo social até então não descrito ou recortado para análise discursiva – o processo de formação de normas jurídicas.

Além disso, a análise dos dados dessa atividade apresenta resultados que podem ser usados como base – ou pontuadamente extrapolados – para outros contextos institucionais nos quais haja a necessidade de alcançar intersubjetividade entre um grande número de participantes, dentro de um conjunto de interações altamente institucionalizada e ritualizada. Esses outros contextos institucionais podem se dar tanto dentro do campo jurídico – como uma negociação entre várias partes ou sobre questões especialmente sensíveis com o objetivo de produzir um documento final aprovado e/ou reconhecido por todos (p. ex.: um contrato ou uma resolução) –, ou fora do campo jurídico – como assembleias ou reuniões plenárias em diversos tipos de grupamentos sociais.

Por fim, conceitos corriqueiros e utilizados em análise discursivas de outros tipos e para outros contextos, podem adquirir novos contornos e novas funcionalidades analíticas, quando testados para a análise e explicação de um contexto institucional de pesquisa até aqui pouco explorado – o contexto parlamentar[5].

No campo do direito, a relevância desta pesquisa está em procurar lançar novas intuições sobre a maneira como os textos normativos são produzidos, a partir da interação entre os parlamentares e da elaboração, alteração e negociação de documentos oficiais. Com isso um novo conjunto de dados e resultados de análise pode ser incorporado à discussão secular no direito sobre a relevância dos processos de criação das normas para a sua posterior interpretação e aplicação em contextos judiciais ou administrativos – uma questão que a teoria do direito costuma rotular como o problema da "intenção do legislador" (p. ex., Waldron, 2004).

[5] Vide, sobretudo, a discussão, no cap. 1, sobre o paradigma construtivo dos accounts, normalmente não considerado para a compreensão e uso desse conceito, mas emergente dos dados analisados para este trabalho.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912742/CA

De modo mais amplo, esta pesquisa procura oferecer um exemplo geral e razoavelmente complexo de interação analítica entre a linguística aplicada, o direito (e, em certos aspectos, a política), com o fim de iluminar práticas institucionais concretas brasileiras.

Do ponto de vista do referencial teórico, esta pesquisa se insere, primeiramente, no conjunto de estudos que Sarangi (2006) chamou de Linguística Aplicada das Profissões (LAP). Mais especificamente, ela se insere num campo específico e a esta altura particularmente desenvolvido da LAP: a Linguística Forense (LF). Como é a característica de pesquisas desse tipo, a ideia é usar os marcos teóricos, exemplos e modelos analíticos da linguística aplicada, especialmente a análise intensiva e qualitativa de dados reais de uso de linguagem, para produzir conhecimento denso e útil para os profissionais que participam da atividade analisada, a partir da descrição explícita da sua própria atividade.

Além disso, esta pesquisa será baseada nas contribuições da análise do discurso para o estudo de dados concretos e situados de uso de linguagem, centrada no aspecto da investigação dos métodos e procedimentos criados e manejados pelos próprios participantes para produzir, alterar e negociar sentidos – ou seja: a negociação procedimental da intersubjetividade (Schegloff, 1992).

Por fim, esta pesquisa fará uso de construtos teóricos e metódicos típicos dos estudos específicos de LAP e análise do discurso, relativos à organização e dinâmica das interações sociais centradas no discurso. Especificamente, os conceitos de tipo de atividade, formulações e accounts serão centrais na análise.

Para esta tese, foram analisados dados de uso escrito e oral (transcrições) da linguagem de uma das comissões temáticas da Assembleia Nacional Constituinte do Brasil de 1987-88 (ANC). A comissão se chama Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher (CSDGHM) e se localiza na primeira fase do processo da ANC (composto, de modo amplo, de três fases). As reuniões e atividades da CSDGHM se deram basicamente durante o mês de junho de 1987 e envolveram 13 reuniões entre os participantes, além de mais de 700 propostas de emenda escritas e três versões do anteprojeto da comissão. Os dados foram todos retirados de sites oficiais da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, dedicados a preservar a memória da ANC

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912742/CA

e as transcrições foram feitas em formato leigo pelo próprio grupo de servidores da ANC.

No que se segue, após uma apresentação mais detida das referências teóricas e procedimentos metodológicos seguidos (cap. 1), serão descritos em minúcia os principais aspectos e características do processo de formação de normas jurídicas, em geral (cap. 2) e de uma das suas atividades constituintes – a atividade de debates –, em particular (cap. 3). Essa descrição e apresentação dos pressupostos estruturais e funcionais desse processo serão a base para o enfoque analítico em dois recursos discursivos essenciais utilizados pelos participantes para moldar a sua discussão sobre os textos normativos e a negociação da intersubjetividade entre eles sobre tal texto – o recurso das formulações (cap. 4) e dos accounts (cap. 5). Em seguida, a utilização desses dois recursos discursivos fundamentais oferecerá o guia analítico para a reconstrução da genealogia de uma parte de um texto normativo, demonstrando como tal texto sofreu modificações específicas, relacionadas aos debates sobre ele, para ser finalmente negociado e aceito em uma versão final (cap. 6). Considerações finais sobre as conclusões do trabalho e consequências dele para o futuro encerram-no.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912742/CA

Cap. 1. Teoria e metodologia

1.1. Referenciais teóricos

Linguística aplicada das profissões e Linguística forense

Sarangi (2006) cunhou o termo técnico "Linguística Aplicada das Profissões" (*Applied Linguistics of Professions*) ("LAP") para nomear um programa de estudos da linguística aplicada "devotada à 'linguagem/discurso das profissões' [...] nas linhas das aproximações [*approaches*] cognatas das ciências sociais das profissões (e. g. Sociologia das Profissões, Antropologia das Profissões)" (Sarangi, 2006, p. 208). O que está na base de um programa de LAP é uma "linguística aplicada aplicada", na qual o trabalho de descrição e análise do linguista não se aliene das preocupações da agenda prática do campo profissional no qual se insere tal trabalho.

Fazer uma LAP, portanto, implica assumir uma visão participativa do campo/contexto social analisado discursivamente e também implica reconhecer que, nos discursos profissionais – mais do que nos contextos da interação informal do dia-a-dia –, a produção, compreensão e negociação de sentidos confia mais em conhecimentos pressupostos e de fundo[6]:

> [...] como analistas do discurso/comunicação, nós estamos mais direcionados [*geared towards*] a interpretar a performance manifesta (principalmente linguagem, mas também aspectos visuais, não-verbais, e paralinguísticos), mas o conhecimento e a experiência profissionais podem nem sempre ser explicitamente visíveis. Adicionalmente, dada a complexa interrelação entre linguagem e contexto, o que pode ser visível não é facilmente interpretável.

[6] Embora essa seja, em maior ou menor grau, uma constante em qualquer tipo de interação, conforme demonstrou Goffman (1983).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912742/CA

Segue dessa constatação que a LAP deve procurar descrever *a prática* – isto é: a(s) atividade(s) – *profissional* como procedimento situado e sujeito às suas próprias lógicas, protocolos e, principalmente, categorias discursivas. O analista não pode se contentar com os dados de fala (e/ou escrita), como bastantes em si mesmos. Ao mesmo tempo, o analista precisa "ajustar as suas lentes de análise" (Sarangi, 2012), já que as suas próprias preocupações de pesquisa e o seu nível corriqueiro de análise podem não ser aqueles demandados pelo campo profissional no qual o analista se insere. Sarangi pontua, nesse sentido, que

> Como linguistas aplicados, se nós pensamos que o nosso conhecimento vai ser de alguma valia, então nós temos primeiro de para e pensar que tipos de pergunta de pesquisa nós devemos perguntar; por extensão, que tipo de metodologia de pesquisa nós devemos adotar, e que tipo de conhecimento prático relevante nós devemos gerar. (Sarangi, 2012, p. 4)

A escolha dos referenciais teóricos dentro da linguística e da análise do discurso, assim como as categorias descritivas, métodos de coleta de dados, análise desses dados, e, de modo geral, as preocupações metodológicas do estudo devem estar orientadas por dupla visão: de um lado, pela expertise e prática análise da linguística aplicada; de outro, pelas necessidades, particularidades e colaboração com outro campo profissional, que não está estruturado previamente para a análise linguística.

Foi com esta preocupação – e percebendo essa necessidade em um campo profissional específico – que nasceu a Linguística Forense ("LF"). Linguística Forense foi o nome dado à disciplina que, desde pelo menos meados da década de 1980, se firmou nos países de Língua Inglesa, buscando explorar a interface entre o direito e os estudos da linguagem (cf., em geral, Coulthard e Johnson, 2007; Coulthard e Johnson, 2010; Shuy, no prelo; Pádua, 2009; Pádua, 2012a). Tiersma ([1999] 2000, p. 1) sumariza a intuição fundamental que impulsionou essa tradição de estudos e pesquisas:

> Nosso direito é um direito de palavras. Embora existam várias fontes principais do direito [...], todas consistem de palavras. [...] Então, a profissão dos juristas [*the legal profession*] enfoca intensamente as palavras que constituem o direito, seja na forma de leis [*statutes*], regulamentos, ou decisões judiciais [*judicial opinions*].
> Palavras são também a ferramenta mais essencial do jurista. [...]

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912742/CA

> Durante as últimas três décadas, mais ou menos, muitos linguistas e cientistas sociais passaram a prestar atenção à linguagem jurídica [*legal language*]. Para esses pesquisadores, a linguagem complexa dos juristas é um tópico de estudo fascinante. O resultado dos seus estudos levou a um melhor entendimento de como a linguagem jurídica opera.

A linguística forense, então, na sua tarefa de descrever a linguagem e seus usos em situações ou contextos que interessam ao direito, foi incorporando cada vez mais objetos de pesquisa ao seu cabedal. Coulthard e Johnson (2007, p. 7-9) dividem as tarefas e objetos de interesse da linguística forense em dois grandes grupos: "a linguagem do processo jurídico" [*the language of the legal process*] e "a linguagem como prova" [*language as evidence*]. O primeiro grupo de estudos diz respeito ao discurso e aos usos da linguagem em contextos e situações (*settings*, na linguagem da etnometodologia; cf. Garfinkel, 1967a) nas quais a institucionalidade é dada pelo protagonismo do direito, tais como interações entre policiais e interrogandos, interações em audiências judiciais, produção e interpretação de normas jurídicas e decisões judiciais. O segundo grupo diz respeito a provas e indícios utilizados (ou potencialmente utilizados) em contextos jurídicos, os quais são constituídos (total ou parcialmente) de linguagem, oral ou escrita – tais como bilhetes de resgate, documentos apresentados como prova, textos de autoria controvertida, conversas telefônicas ou entrevistas gravadas ou interceptadas.

Coulthard e Johnson (2007, p. 14) esclarecem como se desenvolve, teórica e metodologicamente, a atividade da análise discursiva de objetos jurídicos:

> Quando, como linguistas, nós analisamos um texto, nós lançamos mão [*draw on*] de ferramentas interpretativas, métodos e teorias muitos diversas. Ao se aproximar de um texto num contexto forense, o analista precisa considerar como ele é similar o que o distingue de outros textos em outros contextos e quais teorias e métodos são mais apropriados para analisá-lo. Frequentemente é uma seleção eclética de ferramentas e uma aproximação gradativa [*developmental approach*] à metodologia que é necessário. Todavia, existem teorias linguísticas bem pesquisadas e embasadas que são geralmente consideradas úteis.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912742/CA

A LF, portanto, como a LAP em geral[7], adota uma postura adaptativa ao objeto de análise, uma vez que visa a oferecer análises que possam ajudar o ator em contextos jurídicos a melhor entender os aspectos discursivos que cercam a sua atividade (ou seja: procura fazer uma "linguística aplicada aplicada"). Essa postura adaptativa reconhece ferramentas de análise do discurso que possam servir a análises densas – e, logo, úteis – de objetos e contextos relevantes para direito. E, embora a LF não venha incluindo entre os seus objetos os contextos parlamentares, os processos de formação de normas jurídicas, como atividades que determinam e permitem a criação dessas normas, claramente se inserem no escopo dessa disciplina (Pádua, 2012a).

De todos os estudos que a LF vem acumulando nos últimos quase 30 anos, parece mais adequado ao presente estudo o modelo de análise qualitativa desenvolvido por Shuy (2011) para analisar "grandes quantidades de linguagem como prova" [*huge amounts of language evidence*]. Shuy é um pesquisador da LF que baseia suas análises quase exclusivamente em métodos qualitativos calcados na análise do discurso. Ele tem normalmente os seus trabalhos voltados para a parte da LF que lida com a linguagem como prova e desenvolveu diversas análises para casos criminais e cíveis em que havia controvérsia sobre provas e indícios que eram centrados no uso da linguagem, oral ou escrita (cf., em geral, Shuy, 2001). Esse método de análise de "grandes quantidades de provas" foi feito objetivando estruturar metodologicamente a análise de casos em que a linguagem era parte da prova (Shuy, 2011, p. 1).

No entanto, o método de análise proposto por Shuy parte de uma intuição básica da análise do discurso e propõe uma estrutura analítica que se adapta a diversos tipos de dados linguísticos de contextos forenses trazidos a análise.

> Talvez mais do que na maioria das disciplinas, os linguistas entendem o efeito contextualizador que as unidades maiores da linguagem proveem na descoberta do significado das unidades menores, tais como palavras e sentenças. [...]
> A minha tese é que a nossa análise linguística deve começar com essas unidades maiores da linguagem, porque cada nível subsequente de análise é contextualizado por e inserido em [*nested within*] o nível precedente. A sequência analítica que eu sugiro é a seguinte:
> 1. Identificar o evento de fala [*speech event*]

[7] Sarangi (2006, p. 207) coloca bem o ponto: "[...] a análise do discurso, como uma caixa de ferramentas metodológica, deve ser dirigida a recuperar [*recovering*] evidências (nos níveis do dito e do não-dito) [...]."

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912742/CA

> 2. Depois, identificar os esquemas dos participantes
> 3. depois, identificar as agendas dos participantes
> 4. Depois identificar os atos de fala e estratégias conversacionais dos participantes
> 5. E, finalmente, examinar o papel das unidades menores relevantes, tais como estruturas sintáticas, léxico, morfemas, e sons usados pelos participantes. (Shuy, 2011, p. 1-2)

A ideia de Shuy é que a análise qualitativa de grandes quantidades de dados de discurso deve assumir que uma estruturação geral, e continuamente atualizada a cada momento, organiza a produção desses dados. Por isso, uma análise dessa estruturação é condição para compreensão dos dados, posteriormente à sua produção. A partir da análise da organização estrutural da atividade, é que se pode, então, passar à análise dos trabalhos dos participantes, em termos de produção de ações no – e através do – discurso e da interação.

Na presente pesquisa (que lida com grandes quantidades de dados escritos e, principalmente, transcritos de interações orais face-a-face), não vamos seguir à risca o modelo de Shuy, mas vamos aproveitar essa proposta fundamental de estudar a negociação de sentido e ações entre os participantes da atividade a partir da reconstrução analítica não de trechos isolados, mas de toda a estruturação da atividade. Isto é: vamos partir da atividade em geral, para chegar aos procedimentos, métodos e evidências pelas quais os participantes renovam a atividade em si e procuram produzir, na sequência de ações discursivas, uma negociação de sentido que articule conhecimentos, agendas, esquemas, estratégias, etc., em busca da criação intersubjetiva do produto institucional da atividade.

Ou, nas palavras de Sarangi (2006), vamos procurar reconstruir, na perspectiva dos participantes, uma descrição densa da atividade e das ações dos participantes, "nos níveis do dito e do não-dito".

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912742/CA

Tipo de atividade

O conceito de tipo de atividade foi desenvolvido por Levinson ([1978] 1998), com base nas intuições fundamentais de Wittgenstein, acerca da necessidade da compreensão dos jogos de linguagem para a possibilidade da compreensão dos significados dos enunciados que eram proferidos no contexto desses jogos.

> As intuições que subjazem [*underlay*] a ênfase de Wittgenstein na inserção [*embedding*] da linguagem nas atividades humanas não foram tomadas em consideração por nenhuma teoria moderna de como a linguagem é usada e compreendida (Levinson, [1978] 1998, p. 67).

Levinson pretendeu, portanto, com o conceito de tipo de atividade, mediar analiticamente os jogos de linguagem concretos inseridos nos diversos contextos em que atividades humanas eram continuamente realizadas e construídas, com os enunciados e demais materiais linguísticos que eram produzidos durante e através dessas atividades/jogos de linguagem:

> Quero introduzir, como um termo técnico [*term of art*], a noção de um "tipo de atividade". Existem vários termos que são empregados por sociólogos e antropólogos dedicados ao estudo do uso da linguagem que são em geral equivalentes, especialmente "evento de fala" [*speech event*] e "episódio" [...]. A minha noção deve ser preferida para os presentes propósitos, porque ela se refere a qualquer atividade culturalmente reconhecida, quer ou não tal atividade seja coextensiva com um período de fala ou mesmo quer ou não ocorra qualquer fala. Em particular, considero a noção de um tipo de atividade como referente a uma categoria *fuzzy* cujos membros focais são eventos definidos por objetivos, constituídos socialmente, específicos [*bounded*], que impõem limites aos participantes, situações [*settings*] e assim por diante, mas, sobretudo nos tipos de contribuições permitidas. Exemplos paradigmáticos seriam ensinar, uma entrevista de emprego, uma tomada de depoimento em júri, um jogo de futebol, uma tarefa num workshop, um jantar, e assim por diante. (Levinson, [1978] 1998, p. 69)

Ao se referir a "eventos", "atividades", "*settings*", o conceito de tipos de atividade põe em relevo não só a natureza situada de qualquer atividade discursiva – o que já havia sido notado por Goffman em diversas ocasiões (principalmente Goffman, [1964] 2002) –, mas, principalmente, a natureza estruturada e normatizada que os diversos contextos

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912742/CA

impõem à atividade discursiva que se desenvolve neles e continuamente os reproduz. Especialmente em contextos (ou situações/*settings*) institucionais (Drew e Heritage, [1992] 1998), a natureza funcional da atividade limita o que conta como uma contribuição interacional válida, qual a maneira pela qual os cointeragentes podem fazer as suas contribuições, e que tipo de inferências e sentidos podem ser realizados e negociados a partir dessas contribuições (Levinson, [1978] 1998).

Comentando e expandindo a noção de tipos de atividade, Sarangi (2000) propõe que ela seja tomada como uma espécie de conceito guarda-chuva ou um metaconceito, que conjugue e operacionalize diversos aspectos da situação discursiva analisada e da atuação dos cointeragentes na produção de inferências e na negociação de sentido (e *do* sentido) na (e *da*) interação:

> O que Levinson oferece no seu trabalho é um novo e robusto enquadramento analítico para analisar a fala-em-contexto, baseado na visão de que o uso da linguagem é primariamente indexical e que o significado é dependente do contexto de produção. A principal força do enquadramento da atividade é a sua abertura para acomodar uma ampla gama de conceitos, na medida em que eles operam em diferentes níveis de produção e interpretação da linguagem. (Sarangi, 2000, p. 3)

Sarangi (2000, p. 4), então, oferece uma releitura conceitual da noção de tipos de atividade, que inclui duas lâminas de análise. Na primeira lâmina, que diz respeito às imposições estruturais que o tipo de atividade gera nas posições e contribuições discursivas dos cointeragentes, a noção de tipos de atividade se relaciona com os conceitos de "enquadre/definição da situação", de "propósitos conversacionais", de "*footing*", de "trabalhos de face" e "estrutura de participação/identidades-e-papéis" [*role-identities*]. Na segunda lâmina, que diz respeito à produção de inferências e sentidos, a noção de tipos de atividade se relaciona aos conceitos de "tipos de texto/gênero/tipos de discurso/modos de fala", de "indexicalidade/metamensagem", de "pistas de contextualização", e de "inferências/procedimentos de interpretação". Ao conjunto dessas duas lâminas, Sarangi (2000, p. 4) chama "modelo integrado de análise da atividade".

A utilização do conceito de tipo de atividade, especialmente tendo em vista o "modelo integrado" proposto por Sarangi, permite organizar uma situação (ou um conjunto de

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912742/CA

situações) a ser analisada em termos da sua estrutura interacional e em termos da funcionalidade dessa estrutura para uma série de aspectos já demonstrados relevantes para a construção do sentido da interação e dos sentidos na interação.

Essa laminação de análise do tipo de atividade permite também, no âmbito desse conceito, vislumbrar níveis que se poderia dizer "verticais" de análise da atividade, em termos de micro-macro análise. Isto é, a atividade é laminada não só em um eixo que se poderia dizer "horizontal" (no contínuo estruturação-inferência, como propõe Sarangi (2000)), mas também em um eixo "vertical", no qual se percebam micro e macro atividades, tendo em vista o foco descritivo que o analista utilize, em relação às ações sócio-discursivas realizadas pelos participantes da(s) atividade(s) no tempo e no espaço[8].

Nesse sentido, há atividades que, na qualidade de microatividades, compõem quadros maiores, de macroatividades ou processos. Essas macroatividades são constituídas pelas microatividades, mas também impõem limites, esquemas de sentido e normas de estruturação às microatividades, numa relação dinâmica e reflexiva já reconhecida para as próprias unidades do discurso (e ações sociais em geral), em relação ao seu contexto (Garfinkel, 1967a).

Portanto, em contextos/situações institucionais, a análise de tipo de atividade tem de incorporar a reflexividade e relatabilidade (Garfinkel e Sacks, [1986] 2012) inerentes à própria situação, de modo a delimitar as laminações tornadas relevantes pela coconstrução que as ações participantes realizam da situação social em si, bem como as necessidades e foco analítico do estudo, em relação ao campo profissional envolvido. Em outras palavras, um tipo de atividade pode, na verdade, ser um feixe de tipos de atividade, organizados vertical e horizontalmente, a partir de níveis e complexidade distintos da situação social (institucional) em questão.

Mais especificamente para os dados utilizados no presente trabalho, a análise do tipo de atividade é ainda mais importante, tendo em vista que esse tipo de dados ainda não

[8] Em outro trabalho e para outro assunto, o próprio Levinson (2006), mais recentemente, propôs que a análise do discurso se preocupe com essa variabilidade vertical do foco analítico, oscilando entre – e complementando – o nível analítico do indivíduo (*cognitivo*), o nível analítico dos discursos e atividades (*interacional*) e o nível analítico das instituições e macroprocessos (*sociocultural*).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912742/CA

parece ter sido objeto de análises prévias, seja na literatura linguística, seja na literatura jurídica (cf. Introdução, acima, e Pádua, 2012a). Além do mais, a análise subsequente dos dados revela níveis de complexidade bastante mais profundos do que uma análise preliminar parece conseguir captar[9].

Neste trabalho, usaremos o conceito de tipo de atividade, a partir da reconstrução proposta por Sarangi (2000), tanto no nível horizontal, quanto no nível vertical de análise. Nesse sentido, as características fundamentais de uma macroatividade (processo de formação de normas) serão a base para o enfoque em um tipo específico de (micro)atividade (atividade de debates). Tanto a estruturação e esquemas inferenciais básicos do processo de formação de normas, quanto da atividade de debates serão assentados e demonstrados, a fim de que o caráter institucional da situação social envolvida na formação de normas jurídicas se torne claro em termos da sua influência para o foco analítico do trabalho, que são os procedimentos de negociação de intersubjetividade nesse tipo de situação social.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912742/CA

Formulações

O conceito de formulação deriva da etnometodologia e se refere a ocasiões em que "[os participantes] especificam, generalizam, corrigem ou negociam o sentido de alguma expressão (cadeia de itens lexicais) ou alguma descrição produzida anteriormente na interação", de maneira que "formulações dão acesso a como as pessoas entendem uma a outra e como as palavras que eles usam são entendidas" (Deppermann, 2011, p. 116).

O trabalho seminal sobre formulações parece ser o de Garfinkel e Sacks ([1986] 2012) (cf. Gago, no prelo). Num dos textos que também se inserem entre os fundadores da etnometodologia, Garfinkel e Sacks procuram compará-la com linhas mais tradicionais da pesquisa social, que eles chamam de "análises construtivas". Utilizando como mote o fenômeno discursivo dos "indexicais", Garfinkel e Sacks argumentam como é impossível compreender esses indexicais sem levar em consideração o fato de que os

[9] Vide Cap. 2, abaixo.

contextos (e, logo, os significados) do discurso manejado em interação não se dissociam da própria atividade de produzir, propor e negociar o sentido desse discurso e da maneira como esse discurso constrói o seu próprio contexto, continuamente.

> Observamos que as pessoas, na medida em que estão falando uma linguagem natural, *de alguma forma* estão envolvidas na produção objetiva e exposição objetiva de conhecimento de senso comum de atividades cotidianas como fenômenos observáveis e relatáveis. [...] Para falantes e ouvintes, as práticas da linguagem natural de alguma forma exibem esses fenômenos nas particularidades da fala, e *que* ((grifo no original)) esses fenômenos são exibidos é por si só, e, por isso, exibível em descrições adicionais, comentários, perguntas e outras formas de narrar. (Garfinkel e Sacks, [1986] 2012, p. 227)

Com essa deixa, os autores, então, introduzem uma primeira aproximação ao conceito de – e à prática social da – formulação: o conceito de "práticas de glosa":

> "O trabalho" [realizações práticas dos participantes] é feito como combinações de práticas através das quais os falantes, nas particularidades situadas da fala, querem dizer algo diferente do que podem dizer em apenas tantas palavras, ou seja, como "práticas de glosa". (Garfinkel e Sacks, [1986] 2012, p. 227)

As práticas de glosa se referem, como prosseguem os autores, a "procedimento[s] de montagem de sentido" (Garfinkel e Sacks, [1986] 2012, p. 227), que são inseridos na – e constituídos pela – fala. Esses procedimentos, portanto, dizem respeito a instâncias, mecanismos, protocolos discursivos pelos quais os participantes de uma interação podem usar o discurso para *formular* – isto é, montar, constituir, propor, projetar – o sentido desse mesmo discurso, ou mesmo de outros discursos que estejam encaixados, reportados, ou de qualquer forma conectados a ele.

Daí que, essa característica do discurso, de ser ele mesmo o meio pelo qual o seu próprio sentido tem de ser negociado localmente, se presta a um foco analítico, dando origem ao conceito de formulação:

> [...] chamamos a atenção especial para uma prática conversacional que tem *franca intenção metodológica* ((grifo adicionado)). É possível encontrar participantes de

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912742/CA

> conversa no decorrer de uma conversa, e como característica reconhecida dessa conversa, *formulando* ((grifo no original)) sua conversa. [...]
> [...]
> [...]. Um membro pode tratar um ou outro trecho da conversa como oportunidade para descrever aquela conversa, explicá-la, ou caracterizá-la, ou explaná-la, ou traduzi-la ou resumi-la, ou definir sua essência, ou chamar atenção para sua obediências às regras, ou comentar seu desrespeito às regras. Quer dizer, um membro pode usar algum trecho da conversa como oportunidade para *formular* ((grifo no original)) a conversa [...].

A formulação, portanto, aparece como um foco analítico nessa propriedade reflexiva que o discurso tem de discutir o seu próprio sentido. O fenômeno pode ser visto, em parte, como uma reversão parcial da virada pragmática que a filosofia analítica da linguagem (Austin, [1962] 2006) inicialmente realizou, ao demonstrar que o uso da linguagem era uma forma de ação social, não só uma forma de transmissão de informações e significados simbólicos. Como coloca Bilmes (2011, p. 134): "falar é fazer, certamente, mas falar é também falar".

O que a formulação faz é discutir, propor, aclarar, especificar, equivocar, analisar, negociar o sentido da própria fala formulada. Por isso, Gago ([201?], p. 189) afirma que

> [...] a prática de formulação é uma importante ferramenta prática para a criação e manutenção de intersubjetividade, e, como tal, é uma característica pervasiva de conversas, em qualquer situação.

Normalmente, a literatura sobre formulações que se desenvolveu após a proposição original de Garfinkel e Sacks se dirigiu para a operacionalização e uso desse conceito em dados de uso oral da linguagem, normalmente conversas. Provavelmente contribuiu para isso o fato de que Sacks seja o principal fundador da análise da conversa e sua preocupação envolvia mobilizar conceitos e métodos analíticos para permitir a análise sistemática de dados de ocorrência natural de fala (cf. Sacks, 1982).

Os estudos que usam o conceito de formulação e desenvolvem esse conceito à luz das análises empíricas de dados procuram, portanto, identificar, tipificar, e demonstrar a funcionalidade das práticas de formulação, ligadas à análise sequencial de conversas. Os subconceitos de formulação e as adaptações que esses conceitos e subconceitos recebem para dar conta de situações sociais específicas são contextualizados nessa linha de

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912742/CA

estudos de análise sequencial da conversa, ainda que, recentemente, a literatura venha enquadrando estudos de formulação como um complemento à mera análise sequencial, de forma a investigar os sentidos produzidos e negociados nas falas-em-interação e não apenas aspectos estruturais (Schegloff et al., 2002) – o que vem sendo rotulado de "semântica ocasionada" (*occasioned semantics*) (Depperman, 2011).

Recenseando os estudos sobre formulação, Gago (no prelo) os divide em "dois blocos":

> No primeiro, encontram-se os trabalhos sobre formas específicas de formulação. [...]. No segundo, reportam-se os estudos sobre cenários institucionais específicos. (Gago, no prelo, p. 187)

Essas duas linhas de estudos ajudaram a desenvolver o conceito de formulação e permitiram maior maleabilidade no seu uso, especialmente para situações institucionais. No entanto, para os dados do presente trabalho, o conceito teve de ser adaptado.

Os dados deste trabalho não são derivados de conversas ordinárias e não se originam de transcrições técnicas típicas da análise da conversa. Além disso, e mais importantemente, as formulações observadas nos dados dizem respeito ao texto normativo que está sendo discutido e cujo sentido, aplicação, projeção ideológica, etc., têm de ser negociados pelos participantes, a fim de que esse texto seja, ao final, aprovado (ou não) pela maioria dos participantes – através de voto ou de acordo.

Assim, há uma intertextualidade e uma interdiscursividade – especialmente no sentido de multimodalidade (Arribas-Ayllon et al, 2011; Ho, 2011) – entre os debates (de produção oral) feitos entre os participantes das reuniões presenciais e as versões do texto normativo (escrito) que servem de base e objeto dos debates. Essa intertextualidade é mediada e tornada relevante na interação principalmente através das formulações que os participantes fazem sobre o texto normativo, buscando projetar e negociar o sentido desse texto e, ao mesmo tempo, negociar a intersubjetividade entre eles a respeito do texto (como concordância ou discordância organizada).

Nesse sentido, os dados deste trabalho apresentam novidade em relação às pesquisas clássicas de formulação. Essa intertextualidade e interdiscursividade, que são

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912742/CA

características e imposições estruturais da atividade, moldam a maneira e os mecanismos pelas quais as formulações são realizadas, tornadas relevantes e reconhecidas como tais pelos participantes. Não são outros turnos de conversa ou a própria conversa que é formulada/glosada, mais sim o texto que está sempre subjacente à interação – isto é, aos debates – como tais.

Portanto, as formulações, nos dados deste trabalho, são fenômenos e práticas discursivas que servem para negociar a intersubjetividade, mas também servem para mediar a intertextualidade da atividade, tornando possível a discussão e a busca de um acordo de sentido que permita essa intersubjetividade.

Usaremos, para analisar as formulações, uma distinção entre tipos de formulações encontradas nos dados (retiradas, em parte, da literatura sobre formulações no primeiro bloco mencionado por Gago (no prelo), e mecanismos de veiculação desses diferentes tipos de formulações, consistentes em características discursivas da construção das falas dos participantes, que moldam as formulações e as tornam reconhecíveis como formulações, de diferentes maneiras e para diferentes estratégias discursivas, manejadas localmente.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912742/CA

Accounts[10]

O conceito de *accounts* parece ter uma dupla inserção na sociologia. Essa dupla inserção foi formulada por Buttny e Morris (2001, p. 286), da seguinte maneira:

> O conceito de accounts foi definido de várias maneiras. Uma distinção útil é ente (1) accounts para ações, no sentido de responder a condutas problemáticas e (2) accounts de ações, no sentido de dar uma descrição ou uma narrativa de eventos, não necessariamente envolvendo problemas. O primeiro sentido de accounts envolve fala remediadora para um ato problemático ou questionado e a visão verbal [*verbal portrayal*] do ator a respeito desse fato, em resposta. A segunda noção de accounts olha para a focalização verbal do ator em produção de sentido [*actor's verbal sensemaking focusing of*] sobre eventos, tais como relacionamentos, crises pessoais, mudanças de curso de vida, e assim por diante. Ambas essas visões compartilham um interesse em como as pessoas contam o seu lado da história, isto é, interpretam e reconstroem retoricamente eventos através da fala.

De um lado, então, a sociologia interacionista falava de *accounts* como "uma declaração, feita por um ator social, para explicar um comportamento não antecipado ou inadequado [*untoward*]" (Scott e Lyman, 1968). Nessa linha, Mills (1963) já havia chamado a atenção para o caráter situado do que ele chamou de "vocabulário de motivos", usado para justificar, no nível retórico, os movimentos interacionais dos cointeragentes:

> Quando um agente vocaliza ou imputa motivos, ela não está tentando descrever a sua ação social experimentada [*experienced*]. Ele não está somente declarando "razões". Ele está influenciando os outros – e a si mesmo. Frequentemente ele está buscando novas "razões" que vão mediar a ação. [...] Através da resolução de conflitos, motivos são eficazes. Frequentemente, se "razões" não fossem dadas um ato não ocorreria, nem vários atos seriam integrados. Motivos são bases comuns [*common grounds*] para comportamentos mediados. (Mills, 1963, p. 444)

[10] A tradução desse termo para o Português sempre causou problemas. Garcez (2008, p. 27, nota 10) nota que "é de fato difícil encontrar um termo em português que abarque todas as ações da família das *accounts* e que seja ao mesmo tempo idiomático". Ele propõe as expressões "prestar contas" ou "dar satisfações". Oliveira e Gago (2012) e Oliveira (2012) usam "prestações de contas", mas os tradutores de Garfinkel e Sacks ([1986] 2012) traduziram *accountability* e cognatos por "relatabilidade" e cognatos. Diante dessa dificuldade, optamos por seguir o caminho de Coulon ([1987] 1995), que manteve o termo em inglês, como um termo de arte (uma escolha também subótima, porque perde a relação que o termo de arte tem, em Inglês, com o conceito ordinário).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912742/CA

Nessa linha de inserção, cuja versão original é de Scott e Lyman (1968), accounts eram tipos de movimentos discursivos destinados a sanar (possíveis) fraturas interacionais e tinham, portanto, um caráter de desculpas [*excuses*] ou de justificativas [*justfications*] (cf. Buttny, 1985).

Uma outra linha de inserção sociológica do conceito de accounts e *accountability* é a que deriva da etnometodologia. Em um dos textos seminais da etnometodologia, Garfinkel chama a atenção para o fato de que as práticas sociais, por serem reflexivas quanto à sua constituição e apresentação, são passíveis de accounts pelos e para os próprios participantes:

> A sua recomendação central [dos estudos etnometodológicos] é que as atividades através das quais os membros produzem e administram as situações [*settings*] de assuntos cotidianos organizados são idênticas com os procedimentos dos membros para fazer essas situações passíveis de accounts [*accountable*]. A característica "reflexiva" ou "encarnada" das práticas de accounts compõe o ponto central [*the crux*] dessa recomendação. Quando eu falo de passível de account meus interesses estão dirigidos para questões como as seguintes. Eu quero dizer observável-e-relatável [*observable-and-reportable*], i. é disponível para os membros como práticas situadas de olhar-e-dizer [*looking-and-telling*]. Eu quero dizer, também, que tais práticas consistem em uma realização infinita, em andamento, contingente; que elas se desenrolam [*are carried on*] sob os auspícios dos, e são dados à realidade [*made to happen*] como eventos nas, mesmas práticas ordinárias que, em organizando, elas explicam [...]. (Garfinkel, 1967a, p. 1)

Coulon ([1987] 1995, p. 45-46) explica esse conceito etnometodológico de accounts da seguinte maneira:

> Dizer que o mundo social é *accountable* significa que ele é algo disponível, isto é, descritível, inteligível, relatável, analisável. Essa analisabilidade do mundo social, a sua descritibilidade e sua objetividade se mostram nas ações práticas dos atores. O mundo não é dado de uma vez por todas. Ele se realiza em nossos atos práticos.

Accounts, tal como vistos pela etnometodologia, portanto, nomeiam as maneiras explícitas e implícitas pelas quais os participantes de situações sociais concretas (re)constituem essa situação em seus padrões, procedimentos e métodos e também, ao mesmo tempo, demonstram estar nessa situação que eles mesmos atualizam

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912742/CA

continuamente. Nesse sentido, qualquer ação social é um account e todos os atores sociais são passíveis de accounts – não só os que realizaram alguma ação interacionalmente contestável.

Nos estudos da interação discursiva, quando o conceito de account é utilizado, parece ser privilegiado o quadro conceitual inicialmente construído por Scott e Lyman (1968), que vamos chamar de "paradigma reparatório"[11] dos accounts, mesmo quando considerações sobre o account no sentido etnometodológico seja usado para adicionar alguma complexidade ou maleabilidade ao conceito.

Oliveira e Gago (2012), por exemplo, ao utilizar o conceito de accounts para analisar o que chamam de "episódios de conflito" em interações em atividade de mediação em uma Vara de Família da Justiça brasileira, definem esses accounts como "tentativas de se restaurar a convergência relacional dos participantes" (Oliveira e Gago, 2012, p. 75). Nesse sentido,

> Prestações e contas[12] não são, portanto, apenas reapresentações de ações, isto é, não se trata apenas de uma utilização de estratégias interacionais para recolocar uma determinada ação realizada anteriormente em uma posição de destaque de novo. Mais do que isso, elas são uma nova apresentação de uma dada ação [...] (Oliveira e Gago, 2012, p. 75)

Nesse paradigma reparatório, então, os accounts são ligados a problemas interacionais, que necessitam de algum tipo de remédio, para que a interação possa se manter íntegra, assim como a relação social entre os próprios participantes dentro e fora da interação.

A perspectiva de Scott e Lyman (1968) é elucidativa desta concepção. Eles iniciam o seu trabalho seminal estabelecendo, como "questão fundamental da sociologia", o que chamam de "a questão hobbesiana: Como a sociedade é possível?" (Scott e Lyman, 1968, p. 46). Para buscar responder a essa questão, os autores afirmam que "sociologia da fala" (*sociology of talk*) não tem prestado a devida atenção a essa questão, de modo a contextualizar e justificar o foco do seu trabalho:

[11] Oliveira (2012) menciona uma "visão 'restauradora' das prestações de contas", embora não pareça opor essa visão a nenhuma outra.

[12] Termo com o qual esses autores traduzem account. Vide nota 5, acima.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912742/CA

> Nossa preocupação aqui é com um aspecto da fala: Sua habilidade de aparar as arestas [*shore up the timbers*] da socialização fraturada, sua habilidade de colocar pontes entre o prometido e o realizado, sua habilidade de *reparar* ((grifo adicionado)) o quebrado e restabelecer o alienado [*restore the estranged*]. (Scott e Lyman, 1968, p 46)

A partir dessa contextualização teórico-metodológica, os autores enunciam, então a sua definição de account:

> Account é um dispositivo linguístico usado quando quer que uma ação seja sujeita a inquirição avaliativa [*valuative inquiry*]. [...]
> Por account, então, queremos dizer uma declaração [*statement*] feita por um ator social para explicar comportamentos inesperados ou inadequados [*unanticipated or untoward*] – sejam tais comportamentos seus ou de outros, e seja a causa imediata [*proximate cause*] para a declaração fruto do ator mesmo ou de outrem. (Scott e Lyman, 1968, p. 46)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912742/CA

Esse paradigma é, pois, reparatório, porque o conceito de account tem de ser operacionalizado em termos de algum tipo de ação (ou conjunto de ações discursivas) que tenham que ver com explicações, justificativas, desculpas ou qualquer outra "tentativa de gerenciar sentidos em vista de ocorrências problemáticas" (Buttny, 1985, p. 57).

Um outro paradigma conceitual para conceber os accounts é o que vamos chamar de "paradigma construtivo", algo oposto ao paradigma reparatório. Este paradigma deriva principalmente da concepção etnometodológica do conceito.

Uma primeira maneira de aproximação desse paradigma construtivo é notar, com Oliveira (2012, p. 105), que "as prestações de contas [accounts] são ações praticamente onipresentes nos eventos de fala". Isto acontece, porque

> A prestação de contas é o princípio etnometodológico através do qual os membros dão satisfação de suas ações por meio de suas próprias análises, descrições, relatos e até mesmo por suas próprias ações práticas. Esse princípio, portanto, seria uma maneira de tornar o mundo social visível por meio de variadas ações realizadas pelos agentes. (Oliveira, 2012, p. 106)

Portanto, em vez de ser uma prática meramente reparatória de interações defeituosas, os accounts são maneiras discursivas de negociar, explicitar e, principalmente, defender posicionamentos. Um recurso discursivo especialmente relevante para situações nas quais haja uma discussão, um debate, uma negociação, uma troca de argumentos sobre posicionamentos potencialmente divergentes sobre tópicos específicos.

Daí que, uma segunda aproximação a um paradigma construtivo dos accounts é a proposta de Arribas-Ayllon et al (2011). No âmbito do que esses autores chamam de uma Análise Retórica do Discurso, eles procuram apontar, como núcleo fundamental do fenômeno dos accounts o seu poder de apresentação de justificações e defesas (discursivas) para ações, pontos de vista, posicionamentos discursivos, com o objetivo amplo de produzir e negociar o sentido, as implicações, ou pressupostos, etc., dessas ações.

> Ao invés de causas externas que governam a ação humana à distância, a ordem factual e moral é algo que é continuamente produzido e mantido no curso de contextos interacionais e situacionais. As pessoas produzem accounts sobre si mesmas quando querem que os outros reconheçam e entendam o que elas estão fazendo. Nesse sentido amplo do termo, accounts são concebidos como práticas de construção de sentido [*sense making practices*]. (Arribas-Ayllon et al, 2011, p. 8)

Accounts, nessa linha, não tem um papel definido como unidades ou recursos discursivos, senão que atendem às necessidades situacionais de construção de sentido. A chave, aqui, parece ser o efeito e os limites que o tipo de atividade impõe sobre as situações sociais sob análise – o que, ao mesmo tempo as torna explicáveis/passíveis de account em si, e as fazem estruturalmente distintas de situações cotidianas de interação. A influência da situação/tipo de atividade e a coconstrução do sentido da situação e das manifestações discursivas feitas no seu contexto tornam accounts reconhecíveis e, dependendo da situação, necessários como parte do ritual da interação:

> O que torna um account reconhecível e interpretável é o que Garfinkel chama de "expectativa de fundo" [*background expectancy*] – isto é, conhecimento inferencial e dado-como-certo [*taken-for-granted*] que permite aos indivíduos entender um account quando um é dado. (Arribas-Ayllon et al., 2011, p. 9)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912742/CA

Um dos poucos – na verdade o único estudo conhecido por nós – que procura aplicar o conceito de account na linha do paradigma construtivo que propomos aqui é o trabalho de Firth (1995). O autor começa apontado que, em se tratando de accounts, "os pesquisadores em ampla maioria [*overwhelimngly*] têm descrito o fenômeno em termos *remediadores* ((grifo no original))" (Firth, 1995, p. 200).

> No entanto – continua ele – accounts também podem ser empregados em um sentido *criativo* ((grifo no original)), de resolução de problemas: como objetos linguísticos que buscam efetivar mudanças substantivas. (Firth, 1995, p. 200)

Firth (1995) atribui esse problema à "incrível falta de estudos baseados em análise próxima de accounts em contextos de ocorrência natural". Dado o desconto de que o estudo de Firth é de 1995, de fato, a utilização de accounts em estudos de ocorrência natural de discurso é centrada no paradigma reparador[13]. Além do mais, a proposta de Firth, de estudar os accounts contextualizadamente, ao longo de toda a sequência de uma determinada atividade institucional é exatamente o que nos propomos a fazer neste trabalho.

Ao utilizar os accounts como parte dos recursos discursivos utilizados por participantes para geração de sentido e negociação de intersubjetividade em situações sociais específicas, o analista pode ligar os accounts aos padrões exigidos, necessários ou impostos pela própria atividade – como fez Firth (1995), em relação à atividade de negociação de contratos internacionais de venda[14].

Dito de outra maneira, a noção de accounts, nesse paradigma construtivo explicita o fato de que, especialmente em contextos institucionais onde a discussão e a negociação de sentido é intensa – como é o caso dos dados deste trabalho –, os participantes estão sempre (potencialmente) pressionados a produzir justificativas explícitas para o que dizem e fazem (Garcez, 2008). Esse é um aspecto fundamental da produção de intersubjetividade nesse tipo de contexto, e, para o presente trabalho, um aspecto extremamente útil, porque remete os accounts produzidos pelos participantes as

[13] Vide uma revisão de literatura ampla em Oliveira (2012).

[14] Embora Firth (1995) tenha utilizado tipologias de accounts e unidades de análise ainda derivados do paradigma reparatório, cuja predominância ele inicialmente critica.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912742/CA

maneiras discursivas pelas quais eles se manifestam (e, portanto, expõe e trocam seus accounts).

Neste trabalho, vamos usar – assim como fizemos para as formulações – uma distinção conceitual inspirada por Oliveira (2012), que, criticando uma tipologia de accounts proposta por Buttny, rejeitou a ideia de que narrativas fossem uma "forma" de accounts, propondo que, na verdade, narrativas poderiam ser um "meio" de realização de qualquer "manifestação social". Com base nisso, ao usar o conceito de accounts para analisar os dados, vamos diferenciar os tipos de accounts dos mecanismos para realizar esses tipos de accounts, que não são exclusivos dos accounts e, em alguns casos, são também utilizados para fazer as formulações.

Além disso, tendo em vista que não há tipologia de accounts utilizada pela literatura para um paradigma conceitual que não seja o reparatório, construiremos uma tipologia de accounts construtivos baseada no conceito de tipos de discurso (Sarangi, 2000). Esse conceito de tipos de discurso se mostrou adequado à luz da análise preliminar dos dados e retratou bem a possibilidade dos accounts como meio de promover defesa de posicionamentos e opiniões no contexto de negociação de intersubjetividade que analisamos[15].

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912742/CA

Intersubjetividade

O conceito de intersubjetividade tem raízes em vários campos do conhecimento humano, mas é quase exclusivamente ligado a atividades discursivas. De uma perspectiva filosófica, no âmbito da "virada linguística" (Taylor, 1987; Habermas, 2001, cap. 1), Habermas ([1981] 1984) utiliza o conceito de intersubjetividade abstratamente, como sinônimo de "processos de busca de entendimento", que seriam a base de uma teoria comunicativa da racionalidade – por oposição a uma teoria cognitiva da racionalidade.

[15] Vide o cap. 5, abaixo.

Vista como um construto comunicativo, a racionalidade deixaria de estar localizada em processos ou estados mentais do sujeito, e passaria a estar derivada das estruturas formais, pressupostas e inafastáveis de uso do discurso pelos indivíduos. Os indivíduos obrigatoriamente teriam de recorrer a essas estruturas de uso do discurso se quisessem se entender entre si – daí a inafastabilidade. Por outro lado, por recorrerem a essas estruturas e pressupostos, os indivíduos colocariam em marcha processos de construção comunicativa da racionalidade. Habermas (1984, p. 10) coloca a questão da seguinte maneira:

> O conceito de *racionalidade comunicativa* ((grifo no original)) traz consigo conotações baseadas, ultimamente, na experiência central da força irrestrita [*unconstrained*], unificante e promotora de consenso do discurso argumentativo, no qual diferentes participantes ultrapassam suas visões meramente subjetivas e, com base no mutualismo [*mutuality*] da convicção racionalmente motivada, asseguram-se a respeito tanto da unidade de um mundo objetivo quanto da *intersubjetividade* ((grifo adicionado)) do seu mundo-da-vida [*lifeworld*].

Essa concepção filosófica começa a chamar a atenção para a necessidade de avaliar a ação social – e seus fundamentos teóricos – a partir das práticas discursivas dos indivíduos em interação com outros indivíduos – numa linha teórica que se inicia, em parte com o segundo Wittgenstein e segue na segunda metade do séc. XX (Brandom, 1994).

As limitações dessas aproximações filosóficas sobre o conceito de intersubjetividade estão na rejeição de uma contribuição empírica para a caracterização do fenômeno. Ao invocar a indispensabilidade das práticas discursivas como base para análise de racionalidade, essas teorias filosóficas reconstroem essas práticas em termos puramente teóricos, ou, quando invocam uma "pragmática empírica" (Habermas, 1984, p. 320-1), transformam evidências empíricas em construtos abstratos.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912742/CA

Por isso, no âmbito da etnometodologia, Schegloff (1992) identifica uma releitura do conceito de intersubjetividade que a *reespecifica*[16] e, portanto, afasta parcialmente da sua inserção na tradição da sociologia e da filosofia social:

> Quando mesmo o sentido de palavras ordinárias e sentenças muito simples podem ser mostrados como incapazes de criar [*could be shown not to engender*] expectativas idênticas quando apresentadas a pessoas diferentes, quando tais explicações têm de ser, elas mesmas, reconciliadas para promover nelas um "sentido de equivalência", e quando *essas* reconciliações ((grifo no original)), a seu turno, requerem tal reconciliação, e assim por diante, a noção de uma "cultura comum" ou "conhecimento compartilhado" como compostos dos mesmos componentes substantivos – sejam normas ou proposições – sendo "possuídos" [*held*] por diferentes pessoas se tornou progressivamente difícil de defender.
>
> Ao invés, o que pareceu pragmaticamente promissor foi um sentido *procedimental* ((grifo no original)) de "comum" ou "compartilhado", um conjunto de práticas através das quais as ações e posições [*stances*] pudessem ser compostas de uma maneira que mostrasse fundamento em, e orientação para, "conhecimento possuído em comum" – conhecimento que poderia, assim, ser reconfirmado, modificado, expandido, e assim por diante. (Schegloff, 1992, p. 1296-97)

Intersubjetividade, nesse sentido etnometodológico, ao mesmo tempo que mantém a perspectiva construtivista avançada pela sociologia do conhecimento (Berger e Luckmann, [1966] 2011), recebe um componente dinâmico, derivado da necessidade de negociação constante sobre os seus procedimentos de (re)produção. Por isso, a intersubjetividade não tem conteúdo substantivo pré-definido: ela depende, quanto ao seu atingimento e quanto ao seu conteúdo, da estrutura e dinâmica do tipo de atividade em que é produzida – e da atuação dos seus participantes.

Ao depender do tipo de atividade, a maneira como a intersubjetividade é negociada e construída varia em função dos objetivos (institucionais) dessa atividade e da maneira como tais objetivos são tornados reais, a partir da conduta dos

[16] "Reespecificação (etnometodológica)" é nome dado por Garfinkel à parte do programa etnometodológico que envolve a atividade de retomar conceitos e temas clássicos das ciências sociais e retirar-lhes da sua inserção na disciplina científica, para dar-lhes um tratamento local, rotineiro, como parte do vocabulário e da atividade de membros de situações sociais concretas. Com isso, grandes conceitos das ciências sociais podem ser retrabalhados e ressignificados como parte da vida cotidiana, sejam ordinariamente, seja institucionalmente, a partir da importância e do significado que lhes atribuem os membros das situações sociais consideradas. (cf. Lynch e Bogen, 1996, p. 272-3). No caso da intersubjetividade, a ideia é retirar esse conceito do âmbito da filosofia e da ciência social clássica, para revisitá-lo como parte da ação concreta de membros específicos da sociedade, em situação sociais específicas.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912742/CA

cointeragentes/participantes. Em contextos institucionais, especialmente, os participantes adotam ações e discursos que descrevem – isto é: dão accounts do – a atividade e o procedimento para fazer possível o atingimento do objetivo institucional dessa atividade. Essas ações e discursos se relacionam de maneira que a interação entre os participantes da atividade, em termos de negociação de perspectivas, visões de mundo, posicionamentos e coconstruções de sentido possam produzir uma intersubjetividade que atinja as demandas e procedimentos e expectativas engendradas pelo contexto da atividade.

Borges e Ostermann (2012) apontam esse aspecto contextual e dependente da atividade que caracteriza a produção de intersubjetividade na interação. Analisando um processo de tomada de decisão no contexto de um "evento inesperado" na atividade industrial de distribuição de energia, as autoras apontam como uma divergência acerca do entendimento das ações propostas por um dos operados em interação telefônica atrasou a negociação da solução necessária, causando um agravamento do problema. A falta da intersubjetividade, no contexto dessa atividade, se deu pela falha dos participantes em compreender as proposições e contribuições discursivas do outro, o que resultou em ausência de uma orientação comum acerca da avaliação da natureza e extensão do evento inesperado (o desligamento de um disjuntor em uma estação de distribuição de energia).

Nos dados do presente trabalho as interações da atividade de debates se organizam em torno, principalmente da avaliação, construção e negociação de um texto escrito (o texto que constitui as normas jurídicas), cuja aprovação é o objetivo do processo de formação de normas – mais amplamente – e da atividade de debates – mais especificamente.

A negociação da intersubjetividade, nesse contexto, se dá a partir de um contínuo de prevalência. Em extremo desse contínuo situa-se a discussão centrada na negociação da intersubjetividade acerca do alcance semântico-pragmático do texto, com pouca ou nenhuma discussão sobre os posicionamentos e alinhamentos ideológicos dos participantes derivados desses textos segundo os significados atribuídos a ele pelo participante (ou "textos-como-lidos" no conceito de Watson, 2009). Noutro extremo, situa-se a discussão centrada na negociação da intersubjetividade acerca posicionamentos e alinhamento ideológicos dos participantes em relação ao texto-como-

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912742/CA

lido, com pouca ou nenhuma discussão sobre o alcance semântico-pragmático do texto propriamente dito.

Em ambas essas laminações, tendo em vista o objetivo do processo de produção de normas – a aprovação de um texto normativo a partir de procedimentos de votação estabelecidos institucionalmente pelas regras do próprio processo –, a intersubjetividade não precisa ser concebida como um processo de atingimento de entendimento, total ou parcial, sobre o que o outro interagente disse em algum momento interacional anterior. A concordância, em qualquer dos pontos do contínuo não é requisito da atividade, que pode produzir o seu objetivo institucional através do voto, mesmo na persistência da discordância entre os participantes. No entanto, em qualquer caso, a votação precisa ser também preparada pelos debates entre os participantes, de modo que os termos da discordância sejam "votáveis" – isto é: polarizados entre si.

Parece, portanto, haver uma cisão, nesse tipo de atividade, entre uma intersubjetividade como concordância, e uma intersubjetividade como discordância. Ambas se colocam como intersubjetividades justamente porque se produzem e negociam localmente de modo a clarificar o que está em jogo (as concordâncias e discordâncias), tendo em vista que a atividade terminará com um processo de votação, em que os participantes terão de votar, individualmente, a favor ou contra o texto (ou alguma de suas partes).

A possibilidade de usar o conceito de intersubjetividade como resultado de uma concordância entre os cointeragentes, mas também como uma discordância negociada e acordada entre eles é uma novidade indicada pelos dados desse trabalho. Essa possibilidade aponta pra a necessidade de considerar esse conceito a partir da situação social em questão e do tipo de atividade envolvida – notadamente em contextos institucionais.

Tomar o conceito de intersubjetividade como um (conjunto de) mecanismo(s) ou procedimento(s) pelo(s) qual(is) os cointeragentes negociam o sentido da sua atividade e das contribuições de cada um para ela permite tornar esse conceito adaptável à análise dos dados tal como inseridos em cada situação social – isto é: em cada tipo de atividade. Também permite chamar atenção para as estratégias pelas quais os participantes procuram chegar à intersubjetividade de tal maneira que todos possam atuar de acordo

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912742/CA

com o contexto institucional em que se inserem e seu objetivo. Por fim, permite analisar que tipo de aspectos da atividade e da atuação dos cointeragentes dificulta a produção da intersubjetividade entre eles e como essa circunstância é percebida e, eventualmente, remediada (ou não) e quais os efeitos disso para a atividade.

1.2. Metodologia

Nota prévia e tipo de pesquisa

Como explicado acima, essa pesquisa se insere na tradição de estudos da Linguística Aplicada das Profissões, mais especificamente na parte que se aplica ao direito e vem sendo chamada de Linguística Forense. Essas linhas de pesquisa se apresentam sob certo ecletismo metodológico e procuram adaptar o seu foco analítico para melhor entender os dados analisados, de modo que é uma primeira aproximação aos dados e aos objetivos da pesquisa o que vai determinar o tipo de ferramentas analíticas necessárias, dentro da linguística aplicada – daí o conceito de "linguística aplicada aplicada". Em outras palavras, há uma relação dinâmica e dialética entre modo de análise, conceitos/ferramentas analíticas e os próprios dados, de modo que os dados e as ferramentas analíticas possam validar-se mutuamente, a fim de gerar conhecimento válido tanto para o campo estudado quanto para a própria linguística aplicada[17].

Em geral, a aproximação com os dados e sua análise final seguiu procedimentos já estabelecidos na sociolinguística interacional (Ribeiro e Garcez, 2002) e na análise do discurso (Jaworski e Coupland, 2006), as quais, a esta altura, contam com várias décadas de estudos empíricos e teóricos, criando e testando conceitos e métodos de análise.

As principais características desses procedimentos e métodos de análise podem ser sumariadas como: (i) o uso de dados reais de discurso, formalizados em textos transcritos de interações orais ou diretamente de material escrito; (ii) a análise

[17] Vide o conceito filosófico análogo de "espiral hermenêutica" (Duranti, 1986).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912742/CA

qualitativa desses discursos, procurando padrões e protocolos de produção, negociação, circulação e produção de sentido, para atingir finalidade comunicativas estabelecidas na situação social encontrada (em resposta à pergunta implícita) "o que está acontecendo aqui e agora nesta situação de uso da linguagem" (Ribeiro e Garcez, 2002, p. 7); (iii) a assunção de que a atividade discursiva é uma "atividade prática e social que faz coisas e gera efeitos, e ela constrói conhecimento e constitui versões factuais da realidade" (Arribas-Ayllon et al., 2011, p. 3, grifo omitido); e (iv) um foco na atuação dos participantes e na apreensão que os próprios participantes realizam dessas ações, a partir dos comportamentos, categorias, dispositivos, etc. que esses participantes tornam relevantes com o seu comportamento discursivo.

Universo de pesquisa e coleta inicial de dados

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912742/CA

A primeira atividade da pesquisa foi a de se familiarizar com o tipo de registro existente e disponível para o público acerca das tramitações de projetos de lei (de modo geral) no Congresso Nacional. Como se trata de um campo praticamente não-estudado no Brasil – ao menos do ponto de vista qualitativo e discursivo –, grande parte deste trabalho inicial se deu através de consultas aos sites na internet dos dois corpos legislativos do Congresso Nacional: Câmara dos Deputados (www.camara.gov.br) e Senado Federal (www.senado.gov.br).

A presente pesquisa se propõe a figurar na interface entre direito e linguagem. Por isso, dentre os vários tipos de processo legislativo existentes (leis, resoluções, alteração de regimento, decretos legislativos, etc.)[18], os únicos que poderiam interessar seriam os que têm relevância posterior em situações e contextos de aplicação de normas jurídicas – principalmente em processos judiciais.

Com base nesse critério, poderíamos ter escolhidos processos de leis ordinárias (como fez, p. ex., Mendes de Paiva, 2009, embora não de uma perspectiva discursiva) ou leis

[18] Para um apanhado das várias espécies de normas jurídicas emanadas do Congresso e seus respectivos processos legislativos, cf. Afonso da Silva ([1964] 2006, cap. VII).

complementares – já que as demais espécies de normas derivadas do processo legislativo são predominantemente objeto de uso no próprio Poder Legislativo, ou , no máximo, nas relações entre esse poder e o Poder Executivo. Algumas razões principais, no entanto, tornaram a opção pelo próprio processo constituinte – isto é: pelo processo da Assembleia Nacional Constituinte de 1987/88 ("ANC") – mais atrativo, em termos de frutos possíveis da pesquisa.

Em primeiro lugar, ao escolher a Constituição de 1988, a pesquisa apresentaria, ainda que de ponto de vista teórico-metodológico bastante diferente, alguma continuidade com a pesquisa desenvolvida no mestrado (Pádua, 2008). Na dissertação de mestrado, sob uma perspectiva mais teórica e orientada pela filosofia política, pela história do direito e pela teoria do direito, procuramos mostrar como o tratamento da constituição como um documento descontextualizado facilitava a criação de um certo "fetichismo constitucional", pelo qual a constituição era tratada como se fosse um documento místico/religioso, a ser doutrinado e recriado pela autoridade da "comunidade dos intérpretes do direito" – especialmente pelos juízes. Em outras palavras, de um ponto de vista teórico, argumentamos que a falta de preocupação com a origem da constituição como um documento jurídico concreto, criado a partir de um contexto parlamentar concreto, fazia com que os atores jurídicos tornassem a constituição um "simulacro" (Moreira, 2007) de documento religioso. Pesquisar, portanto, as origens concretas e situadas da constituição é um passo adiante natural em relação a essa primeira pesquisa.

Em segundo lugar, na teoria do direito, a constituição ocupa um lugar normativo privilegiado. É a chamada "lei das leis", a "lei fundamental", o documento jurídico do qual todos os demais derivam a sua validade formal e substantiva (cf., p. ex., Hesse, 1991; Faoro, 2007). Assim, no contexto institucional do direito, a constituição tem maior importância do que qualquer outro corpo normativo, especialmente do ponto de vista acadêmico. Portanto, uma pesquisa que enfoque os processos de produção da constituição teria mais relevância para elucidar questões importantes do direito – as quais ainda podem importar para o direito atual, já que a Constituição em vigor é a gerada pela ANC, embora bastante emendada.

Em terceiro lugar, a pouca e mesmo incipiente literatura que lida com processo legislativo de maneira um pouco mais concreta e profunda, com o foco na produção de

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912742/CA

normas jurídicas, lida, normalmente, com a constituição (p. ex., Pilatti, 2008). Também por isso, esse trabalho de pesquisa parece ter maior relevância, na sua busca pelo diálogo acadêmico direito-linguagem, se estudar a constituição.

Em quarto e último lugar, uma razão de facilidade de pesquisa tornou o processo de produção da Constituição de 1988 o melhor candidato para fonte de dados sobre a atividade de produção de normas. Ao contrário do que pudemos constatar em relação a processos legislativos ordinários (ou seja: não excepcionais, como uma assembleia constituinte), cujas fontes de dados estavam separadas em vários lugares diferentes nos sites da Câmara e do Senado, em relação à ANC estes dados estavam indexados, sistematizados e consolidados em somente dois lugares: um site da Câmara dedicado ao processo constituinte (http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada) e outro do Senado, também dedicado ao processo constituinte (http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/asp/CT_Abertura.asp). Logo, tendo ainda em vista que, como descobriríamos mais tarde, os dados discursivos sobre o processo são plurais e de natureza e formatação diversa, ter todos eles disponíveis em espaços facilmente identificáveis representou grande atrativo.

Uma vez escolhida, então, a ANC e seus registros discursivos oficiais como universo de pesquisa, ainda restava buscar como circunscrever esse universo para tornar possível uma análise discursiva de cariz qualitativo suficientemente densa e delimitada.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912742/CA

Seleção dos dados e pré-análise

Uma primeira aproximação ao universo de dados da ANC envolveu se familiarizar com um esquema histórico de distribuição desses dados, a partir de uma visão macro sobre o desenrolar no tempo do processo constituinte. Para isso, buscamos em Oliveira (1993) a tabela esquemática a seguir:

Esquema das fases da ANC

Etapas	Fases
1. Preliminar	• Definição do Regimento Interno da ANC • Sugestões: Cidadãos, Constituintes e Entidades
2. Subcomissões Temáticas	• A: Anteprojeto do Relator • B: Emenda ao Anteprojeto do Relator • C: Anteprojeto da Subcomissão
3. Comissões Temáticas	• E: Emenda ao Anteprojeto da Subcomissão na Comissão • F: Substitutivo do Relator • G: Emenda ao Substitutivo • H: Anteprojeto da Comissão
4. Comissão de Sistematização	• I: Anteprojeto de Constituição • J/K: Emendas de Mérito e de Adequação ao Anteprojeto • L: Projeto de Constituição • M: Emendas (1P) de Plenário e Populares • N: Substitutivo 1 do Relator • O: Emenda (ES) ao Substitutivo 1 • P: Substitutivo 2 do Relator
5. Plenário	• Q: Projeto A (início 1º turno) • R: Ato das Disposições Transitórias • S: Emenda (2P) de Plenário e Emendas do Centrão • T: Projeto B (fim do 1º; início 2º turno) • U: Emenda (2T) ao Projeto B • V: Projeto C (fim 2º turno)
6. Comissão de Redação	• W: Proposta exclusivamente de redação • X: Projeto D - redação final
7. Epílogo	• Y: Promulgação

Tabela 1.1 (Fonte: http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituinte)

Inicialmente, ainda não tínhamos certo que tipo de delimitação poderia ser feita nos dados. Um primeiro exercício de análise foi feito com dados retirados de atas de

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912742/CA

reuniões tanto da Comissão de Soberania, Direitos e Garantias do Homem e da Mulher ("CSDGHM", uma das "Comissões Temáticas") quanto da Comissão de Redação (Pádua, 2010). A partir desse exercício, e da avaliação sobre o macroprocesso da ANC, decidimos optar por analisar somente dados da CSDHGM, por dois grandes motivos:

(i) O motivo teórico é que dessa comissão saiu o primeiro (ante)projeto[19] do que viriam a se tornar os artigos 1º a 4º e 5º a 11 da Constituição de 1988, que tratam, respectivamente, dos "Princípios Fundamentais" e "Direitos e Garantias Fundamentais". Esses artigos, do ponto do vista da aplicação posterior, em contextos jurídicos (especificamente judiciários) passaram a ser considerados os mais relevantes da Constituição, de onde se extraem todos os "fundamentos axiológicos" que orientam a aplicação de todas as demais normas (p. ex., Schier, 2007; Sarmento, 2001).

(ii) O motivo metodológico é que o estudo dos dados de uma Comissão Temática, do início ao fim, poderia dar um caso ilustrativo de como as atividades de produção de normas se constituiriam em geral, estrutural e funcionalmente, permitindo mecanismos de análise que, respeitadas as lógicas e particularidades locais e situadas, poderiam ser extrapolados para outras atividades de produção de normas, dentro ou mesmo fora da ANC[20] – ou seja, uma miniatura de um processo completo de formação de normas, que poderia lançar luzes sobre mecanismos, procedimentos e maneiras de produzir um texto normativo, do início ao fim.

A partir da delimitação do universo de pesquisa à CSDGHM, este trabalho lidou, portanto, somente com a terceira etapa do processo da ANC, tal como esquematizado na tabela 1.1. Devemos, então, fazer a restrição de que, em relação ao texto final aprovado da Constituição, em 05 de outubro de 1988, muitas outras fases ainda tiveram de ser percorridas, com influências substanciais na maneira como o texto final foi produzido. Por isso, este trabalho não é uma explicação direta sobre a produção do texto atual da Constituição de 1988 – embora represente uma maneira prototípica de ver como esse texto pode ter sido produzido, fase a fase.

[19] Sobre a explicação da utilização dessa notação "(ante)projeto", vide cap. 1, abaixo.

[20] Vide a característica da recursividade das fases do processo de formação de normas, explicada no cap. 1, abaixo.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912742/CA

Escolhida, então, a delimitação final do universo de pesquisa, o próximo passo foi reunir todos os dados discursivos disponíveis e fazer uma pré-análise. Para essa pré-análise, foram, em primeiro lugar, obtidas todas as atas das reuniões das sessões da CSDGHM. Essas atas contêm um resumo, em texto escrito, do ocorrido na reunião (a ata propriamente dita), bem como uma transcrição leiga[21] da gravação da fala dos participantes. No total, foram 13 reuniões realizadas no âmbito da CSDGHM, de abril a junho de 1987. Dessas, as duas primeiras se referem à instalação da comissão, eleição da sua mesa diretora e divisão de seus membros nas subcomissões temáticas (cujos trabalhos não são analisados aqui). A 3ª foi dedicada à apresentação dos anteprojetos das subcomissões temáticas. A última reunião, a 13ª, que se prolonga por três sessões, é a dedicada à votação do relatório final que, uma vez aprovado, vai se tornar o (Ante)projeto da Comissão (vide tabela 1.1, acima). As reuniões 4ª a 12ª foram dedicadas à discussão do processo de emendas aos anteprojetos das subcomissões e, posteriormente, uma primeira versão do (ante)projeto da comissão, elaborado pelo relator da CSDGHM, para subsidiar a discussão. No total, esses documentos compõem um total de 163 páginas de atas e transcrições (não é possível determinar o tempo total de interação a que correspondem essas transcrições).

Com base na pré-análise dessas atas e transcrições, foram identificadas outras duas fontes de dados, de natureza escrita, que poderiam contribuir para os objetivos do presente trabalho. A primeira são as três versões de (ante)projetos, todas elaborados pelo relator[22] da CSDGHM (e sua equipe) e que serviram de base para as discussões retratadas nas atas e transcrições. A primeira versão, baseada na consolidação dos anteprojetos das subcomissões temáticas foi apresentada no dia 6 de junho de 1987, em resposta às reclamações dos participantes da CSDGHM, de que não tinham um texto-base consolidado sobre o qual discutir e apresentar emendas. A segunda versão, já incorporando algumas modificações constantes das emendas apresentadas pelos participantes e discutidas durante as reuniões, foi apresentada no dia 12 de junho de

[21] O modificador "leiga" utilizado aqui se refere ao fato de que a transcrição não obedece a qualquer critério típico da análise da conversa ou qualquer outra tradição da análise do discurso, e, portanto, não são preservados fenômenos prosódicos e paralinguísticos. Há aproximações entre essas transcrições e textos mais aproximados ao uso escrito da linguagem, embora, por serem transcrições, se liga a interações face-a-face – portanto do uso oral da linguagem. Esses dados foram considerados, por isso, como dados de uso oral, reconhecidas essas limitações, que não chegam a impedir a análise. Para uma discussão sobre o registro escrito de interações centradas na produção oral do discurso, cf. Marcuschi (2010).

[22] Sobre o relator, um papel da atividade de redação dentro do processo da ANC, vide cap. 3, abaixo.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912742/CA

1987, no início da primeira sessão da 13ª reunião da CSDGHM, justamente como o documento que seria objeto de votação na mesma reunião[23] Por fim, a última versão do (ante)projeto foi apresentada no dia 15 de junho de 1987 e é já o (Ante)projeto final da CSDGHM, modificado e finalizado de acordo com as votações ocorridas na 13ª reunião da comissão e que seguiu para as fases posteriores do processo da ANC.

A segunda fonte de dados escritos são as propostas de emendas apresentadas pelos vários participantes da CSDGHM, e que, apresentadas ao presidente da comissão e encaminhadas ao relator, são uma fonte institucional para buscar modificações no relatório do relator, antes da reunião de votação do relatório final (13ª reunião) – o relator pode aceitar espontaneamente essas emendas e modificar o texto. Essas emendas fazem parte do contexto das discussões nas reuniões de deliberação (4ª a 12ª) e são, aparentemente, uma fonte de sentidos de "fundo" que são trazidos à "figura" nos argumentos orais dos participantes das reuniões.

Resumindo, os dados coletados e selecionados para pré-análise estão na tabela 1.2:

Tipo de dado	Natureza discursiva	Função na atividade	Quantidade e Tamanho
Atas e transcrições	Oral	Discussões, deliberações e votações do Anteprojeto	1 unidade; 163 páginas
Relatórios	Escrita	Objeto de discussão, resultado da atividade	3 unidades; 18, 12 e 29 páginas, respectivamente

[23] O processo de votação é razoavelmente complexo, tal como previsto no Regimento da ANC e, mesmo assim, foi intensamente negociado durante várias reuniões, incluindo a 13ª. Para uma explicação sobre esse processo, vide cap. 3, abaixo.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912742/CA

Propostas de Emendas	Escrita	Fundo da discussão, proposta para modificação do relatório pelo próprio relator	1 unidade, 168 páginas

Tabela 1.2 (Fonte: Elaboração própria)

Seleção de dados e de casos

Tendo em vista a grande quantidade de dados que compõem o universo de pesquisa (as páginas apresentadas na tabela 1.2 não correspondem a uma formatação textual padrão, e normalmente contêm muito mais palavras do que é o comum) e tendo em vista os objetivos da presente pesquisa, foi necessário realizar nova seleção, que recortasse ainda mais esse primeiro universo de pesquisa.

Assim, em primeiro lugar, usando como guia as três versões de (ante)projetos apresentados pelo relator da CSDGHM, foram identificados quatro dispositivos desses (ante)projetos, distribuídos em dois artigos[24], que foram objeto de discussões particularmente longas e focadas durante as reuniões deliberativas, envolvendo vários participantes e uma particular polarização entre eles.

Os quatro dispositivos são os seguintes (tomando como referência o último relatório, que se tornou o anteprojeto da CSDGHM):

[24] A palavra "artigo" em relação a corpos de textos normativos tem significado técnico e designa uma unidade textual que contêm um dispositivo normativo considerado "completo" ou "independente". Embora seja uma questão interessante discutir exatamente o que seja "completo" ou "independente", isso está fora do escopo deste trabalho. Formalmente, o relator de um texto normativo divide as matérias em artigos (marcados por números ordinais até o 9 e cardinais daí por diante), itens (ou incisos) (marcados por números romanos) e alíneas (marcadas por letras do alfabeto). Os itens e alíneas fazem parte do artigo e fazem enumerações em relação ao seu conteúdo, nessa ordem. A divisão do relator pode ser discutida no processo de discussão e aprovação/rejeição de seu relatório, de modo que a divisão final do texto normativo reflete discussões e negociações locais, a partir dos documentos produzidos pelo relator. Vide também o cap. 2, abaixo, para a discussão sobre a natureza e estruturação dos textos normativos.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912742/CA

(i) Art. 3º, item XVII (trata da propriedade privada) (“PP”)

(ii) Art. 3º, item III, alínea ‘f’ (trata da vedação à discriminação (para o que interessa aqui, da discriminação em relação a homossexuais)) (“OS”.)

(iii) Art. 3º, item I (trata da proteção da vida e do seu começo (para o que interessa aqui, construída como permitindo (ou não) o aborto)) (“Ab”)

(iv) Art. 4º, III (trata do direito de culto e suas restrições) (“DC”)

Estes foram também os dispositivos/tópicos sobre os quais houve mais manifestações dos constituintes e do relator, do ponto de vista quantitativo, conforme a tabela 1.3 abaixo.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912742/CA

Constituinte	N. de manifestações	Sobre PP	Sobre OS	Sobre Ab.	Sobre DC	Aparte
Anna Maria Rattes	1			1		
Antônio de Jesus	1		2	1		1
Antônio Mariz de Oliveira	1	1				
Costa Ferreira	3		2	1	1	1
Darcy Pozza	1	1				
Farabulini Jr.	5	4	2	1		9
Francisco Rollemberg	1	1		1		
João de Deus Antunes	1		1	1		1
João Menezes	3	2	1	1		1
João Paulo Pires	2	2				1
José Fernandes	1		1			2
José Genoíno	2	1	1	1	1	
José Mendonça de Morais	3	1		2	1	2

José Paulo Bisol	6	2	5	5	3	
Lysâneas Maciel	2	1	1	1		
Narciso Mendes	2		2			
Nelson Aguiar	1	1				
Ubiratan Spinelli	2	2				1
Total	38	19	18	16	6	19

Tabela 1.3 (Fonte: Elaboração própria)

A escolha desses casos como unidades de análise se deu, então, porque esses casos são especialmente ilustrativos dos complexos processos de negociação de sentido e de intersubjetividade entre os participantes, bem como das circunstâncias pelas quais tais processos se tornam problemáticos e como os participantes se justificam e negociam soluções para tais problemas.

A ideia principal foi identificar e apontar os principais procedimentos discursivos utilizados pelos participantes para negociar essa intersubjetividade e ancorar as mudanças observadas no texto normativo, ao longo das suas três versões, ao trabalho interacional de negociação de sentido e produção de intersubjetividade realizado durante as reuniões de deliberação e às propostas de emenda que acompanham, na via escrita, esse trabalho interacional oral. Por isso, também se justificam as escolhas de dispositivos cujas modificações correspondem a trabalhos interacionais especialmente salientes.

Em segundo lugar, foram deixadas de lado as propostas de emenda. Tais dados, além de muito numerosos em termos de quantidade de texto a ser analisado, também se mostraram difíceis de atrelar a mudanças operadas nas partes do texto do (ante)projeto que dissessem respeito aos quatro casos selecionados acima. Além do mais, as emendas eram apresentadas e processadas em atividade própria[25], de modo que elas quase não eram mencionadas (isto é, tornadas relevantes) durante os debates nas reuniões da CSDGHM, e, quando eram mencionadas, a menção não fazia referência ao número ou data de apresentação da emenda. Portanto, ligar as emendas aos debates sobre os

[25] Vide cap. 2, abaixo.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912742/CA

(ante)projetos e a eventuais modificações que estes (ante)projetos sofreram seria uma atividade altamente questionável do ponto de vista metodológico, se é que possível.

É possível que a análise das emendas, em comparação com outras partes do (ante)projeto que não fossem especialmente problemáticas, resultasse em descobertas interessantes sobre a importância das emendas – e o seu mecanismo de aceitação – em relação a tais partes do texto menos polêmicas. Ainda assim, tais descobertas provavelmente não seriam idealmente feitas a partir de uma análise do discurso, tendo em vista que a aceitação ou não das emendas é feita, a princípio, pelo relator exclusivamente e meramente registradas como aceitas total ou parcialmente (ou rejeitadas – a maioria) no final do (ante)projeto.

Os debates face-a-face, durante as reuniões da CSDGHM, como dito, puderam ser destacados metodologicamente das emendas (escritas) e resultaram em descobertas interessantes sobre sua influência no texto final. Por isso, tais debates – e o tipo de atividade de debates, descoberta a partir da análise dos dados – foram enfocados exclusivamente neste trabalho.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912742/CA

Consolidação final dos dados e análise final

Após os procedimentos de seleção e pré-análise, restaram os dados constantes das atas e transcrições das reuniões da CSDGHM e as três versões dos (ante)projetos do relator. Tendo em vista os critérios de seleção final dos dados, além das propostas de emenda, foram descartadas as reuniões 1 a 6 – já que a primeira versão do (ante)projeto foi apresentada logo no início da 7ª reunião – e a reunião 12 – que foi exclusivamente dedicada ao debate de uma proposta de emenda sobre a adoção da pena da morte, o que foge aos quatro casos selecionados como mote de análise.

Em relação às reuniões 7 a 13, foram identificadas e separadas todas as partes das manifestações dos constituintes e do relator[26] que falassem sobre qualquer dos quatro casos selecionados (vide tabela 1.3, acima). Essas partes foram consolidadas em documentos de análise que continham apenas esses trechos, separados por reunião (7-11 e 13) e, depois, por caso ("PP", "OS", "Ab" e "DC"). Esse procedimento de consolidação dos dados das reuniões foi feito para colocar as manifestações sobre cada um dos casos em sequência, além de permitir visualizar estratégias, padrões e recorrências quanto à produção discursiva dos participantes nos debates.

Com relação aos textos dos (ante)projetos, foram separadas as partes que tratavam de cada um dos casos selecionados e colocadas em tabelas que apresentassem as três versões em sequência, com grifo sobre as palavras e expressões que foram alteradas de uma versão para outra. Como exemplo, vide a tabela 1.4[27], abaixo, que ilustra esse procedimento para o texto relativo ao direito de culto ("DC") – que é o caso mais simples dos quatro:

1º Anteprojeto do Relator	**2º Anteprojeto do Relator**	**3º Anteprojeto do Relator (Anteprojeto da Comissão)**
Art. 4º - São direitos e	Art. 4º - São direitos e	Art. 4º - São direitos e

[26] Sobre os papeis de constituinte e relator, vide cap. 3, abaixo.
[27] No cap. 6, abaixo, há outro exemplo, que foi utilizado para a análise.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912742/CA

liberdades coletivos invioláveis: III – A PROFISSÃO DE CULTO: a) Os direitos de reunião e associação estão compreendidos na liberdade de culto, cuja profissão por pregações, rituais e cerimônias públicos é livre; b) É proibida a profissão de culto que atente contra os fundamentos constitucionais da Nação e a inviolabilidade dos direitos e liberdades fundamentais; c) respeitada a liberdade individual de participar, é livre a assistência religiosa nas entidades civis e militares e nos estabelecimentos de internação coletiva**.**	liberdades coletivos invioláveis: III – A PROFISSÃO DE CULTO: a) Os direitos de reunião e associação estão compreendidos na liberdade de culto, cuja profissão por pregações, rituais e cerimônias públicos é livre; b) é proibida a profissão de culto que **incite a violência ou defenda discriminações de qualquer natureza**; c) respeitada a liberdade individual de participar, é livre a assistência religiosa nas entidades civis e militares e nos estabelecimentos de internação coletiva	liberdades coletivos invioláveis: III – A PROFISSÃO DE CULTO: a) Os direitos de reunião e associação estão compreendidos na liberdade de culto, cuja profissão por pregações, rituais e cerimônias públicos é livre; **b)** respeitada a liberdade individual de participar, é livre a assistência religiosa nas entidades civis e militares e nos estabelecimentos de internação coletiva

Tabela 1.4 (Fonte: Elaboração própria)

O resultado, portanto, foi uma consolidação de dados de dois tipos:

(i) Trechos selecionados de transcrições das manifestações dos participantes nas reuniões da CSDGHM; e

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912742/CA

(ii) Quadros analíticos das versões dos textos do (ante)projeto relativos às – isto é, objeto principal das – manifestações selecionadas.

Desses dois tipos de dados consolidados, maior análise foi dedicada às transcrições, das quais se extraíram formulações e accounts como estratégias discursivas principais para negociar a intersubjetividade em relação ao(s) texto(s). Essa identificação ocasionou uma nova e última (sub)divisão desses dados, de modo a separar as formulações dos accounts – gerando, pois, um documento contendo apenas os accounts, divididos por reunião; e um documento contendo apenas as formulações, também divididos por reunião.

O segundo tipo de dados serviu como apoio à análise e foi especialmente utilizado para a que resultou no capítulo 6.

A tabela 1.5, abaixo, esquematiza essa consolidação final dos dados.

Tipo de dado	Quantidade	Detalhamento
Documentos de seleção de transcrição	7 unidades	• 1: todas as manifestações selecionadas, divididas por reunião (aprox..: 72.825 palavras) • 4: formulações e accounts divido por artigo analisado (aprox.. 48.360 palavras) • 1: apenas formulações, dividido por reunião (aprox.: 18.564 palavras) • 1: apenas accounts, dividido por reunião (aprox.: 27.181 palavras)
Tabelas de textos do (ante)projeto	4	1 para cada caso (parte do texto) selecionada, comparando as mudanças de uma versão para outra do (ante)projeto

Tabela 1.5 (Fonte: Elaboração própria)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912742/CA